



**Instituto de Psicologia**

**Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu***

**Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos  
no Contexto da Diversidade Cultural**

**KÁTIA RODRIGUES DE CARVALHO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA DAR  
CONDIÇÕES ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA O  
EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

Brasília, novembro de 2015.

**KÁTIA RODRIGUES DE CARVALHO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA DAR  
CONDIÇÕES ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA O  
EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Especialista em Educação em e  
para os Direitos Humanos no Contexto da  
Diversidade Cultural

Orientação da Professora Dra. Maria Veralice Barroso

Brasília, novembro de 2015.

## TERMO DE APROVAÇÃO

**Comissão Examinadora:**

---

*Professora Dra. Maria Veralice Barroso*

Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal

---

*Professora Dra. Renata Jesus Costa*

UnB Universidade de Brasília

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que renovou em todas as manhãs meu fôlego de vida e minha fé rumo à realização deste trabalho, fazendo-me acreditar que Ele nunca me abandonaria.

Às crianças, que contribuíram com amor, alegria, sinceridade e amizade. Vocês são pessoas incríveis!

Minha gratidão à vida, por ter colocado em meu caminho através das redes sociais alguém que se tornou uma grande amiga: Agnes Miyashiro. Juntas, sempre de coração e alma ligados, eu em Brasília e ela, em São Paulo, chegamos ao final deste curso.

À professora Lúcia Pulino, pelo prazer e honra de ter sido sua aluna, pelos seus valiosos ensinamentos, que me fizeram acreditar que valeu a pena cada leitura, cada atividade, elas resultaram na transformação de minha própria vida.

À professora Maria Veralice Barroso, por ter sido minha orientadora, muito obrigada pelo apoio, confiança, solidariedade e comprometimento na construção desta monografia.

À minha tutora, professora Luana Signorelli, que conduziu com muito comprometimento a turma, sempre solidária, prestativa e justa.

Enfim, muito obrigada a toda a equipe de servidoras/servidores da Universidade de Brasília que esteve direta e indiretamente envolvidos no curso. Em especial, à Secretaria Acadêmica, e à Equipe Tecnológica, com as quais eu sempre pude contar.

## RESUMO

Por meio deste estudo, buscamos apresentar as contribuições da gestão democrática para dar condições às crianças e adolescentes para o exercício da cidadania. Procuramos identificar no âmbito da escola pública a promoção e construção de ações que promovam a cidadania neste espaço. A motivação para a realização deste trabalho surgiu pela inquietação no que diz respeito ao que se pode e ao que se tem feito, para que seja garantido o direito à participação das crianças e adolescentes no espaço escolar. Esta pesquisa é de natureza qualitativa (STAKE, 2011) e seus objetivos foram: (a) realizar levantamento de práticas educacionais voltadas para o exercício dos Direitos Humanos, da cidadania e do pensamento crítico; (b) identificar práticas em sala de aula voltadas para os temas transversais; e (c) examinar como se dão as relações interpessoais entre estudantes, professores, escola e família, numa perspectiva de participação democrática e garantia dos Direitos Humanos. Este trabalho conta com o relato da realização de oficina pedagógica de Direitos Humanos para conscientizar as crianças sobre seus direitos, em especial, o direito a ter uma boa escola.

**Palavras-chave:** educação, direitos humanos, cidadania.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	04
RESUMO .....	05
INTRODUÇÃO .....	07
<b>1. EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO TEÓRICA .....</b>	<b>12</b>
<b>2. AÇÕES INTERVENTIVAS .....</b>	<b>19</b>
2.1 Oficina de direitos humanos: a escola nos ajuda a ser gente .....	19
<b>3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>20</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	23
REFERÊNCIAS .....	25
APÊNDICE – Registros fotográficos.....	27
ANEXOS .....	28
ANEXO I – Aceite institucional .....	28
ANEXO II – Termo de autorização de uso de texto/imagem .....	29

## INTRODUÇÃO

### Construindo pontes/delineando caminhos

#### Pesando o objeto

O presente trabalho de conclusão de curso adota como tema central de suas reflexões “a promoção e construção da cidadania a partir de ações desenvolvidas no âmbito da escola pública”. Associada a essa discussão, busca-se por uma análise sobre o que as instituições públicas de ensino, amparadas pela Lei nº 4.751/2012<sup>1</sup>, podem ou têm feito, a fim de garantir o direito de participação das crianças e adolescentes no espaço escolar. Buscando perceber o incentivo à autonomia das crianças e adolescentes, realiza-se uma observação quanto à participação das/dos estudantes em assembleias para definir estudos, trabalhos de pesquisa, projetos, melhorias na escola e atendimento as suas necessidades.

Na construção de uma escola pública e cidadã, as vozes de crianças e adolescentes devem ser ouvidas a partir de uma escuta sensível dos gestores, comunidade escolar e especialmente do professor que, neste contexto, exerce importante papel enquanto mediador.

Por isso,

A melhor forma de ensiná-los, portanto, é estimulando reflexões e vivências. Mais do que os discursos, são a prática, o exemplo, a convivência e a reflexão, em situações reais, que farão com que os alunos e as alunas desenvolvam atitudes coerentes em relação aos valores que queremos ensinar. Por isso, o convívio escolar é um elemento-chave na formação ética dos estudantes. E, ao mesmo tempo, é o instrumento mais poderoso que a escola tem para cumprir sua tarefa educativa nesse aspecto. Daí a necessidade de os adultos reverem o ambiente escolar e o convívio social que ali se expressa, a partir das próprias relações que estabelecem entre si e com os estudantes, buscando a construção de ambientes mais democráticos. (LODI, 2007, p. 70)

Pensando as questões que permeiam esse debate, pergunta-se: de que maneira a escola, que é reconhecida como espaço de construção da cidadania e exercício dos Direitos Humanos, pode contribuir para que crianças e adolescentes tenham voz e suas ideias e anseios sejam ouvidos, numa perspectiva de participação democrática?

---

A **Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012**, dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal: “**Art. 1º** Esta Lei trata do Sistema de Ensino e da gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, conforme disposto no art. 206, VI, da Constituição Federal, no art. 222 da Lei Orgânica do Distrito Federal e nos arts. 3º e 14 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996” Disponível em: <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/buscarLei-8992!buscarLeiAtualizada.action;jsessionid=577ff4DFA43393A222CD7C34FE3EA97F>. Acesso em 16 de novembro/2015.”.

Tal como o problema suscitado, este trabalho de pesquisa foi motivado pela inquietação no que diz respeito à necessidade de ouvir crianças e adolescentes do Ensino Fundamental I<sup>2</sup>. A partir desta motivação, entende-se que esta pesquisa encontra justificativas na medida em que pode contribuir para revelar os anseios e ideias de crianças e adolescentes sobre o que desejam aprender e interfeririam no modelo de escola em que estudam.

Percebe-se que a Educação em e para os Direitos Humanos deve ser aplicada nas escolas já nos anos iniciais, de maneira a ajudar as crianças a se desenvolverem, compreendendo que são sujeitos históricos e sociais. A Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da diversidade cultural visa à formação de cidadãs e cidadãos participativos, críticos e autônomos, os quais entendam e respeitem estes direitos a partir da primeira infância. Sendo assim, nesta pesquisa, busca-se levantar informações sobre como se dá a participação de crianças e adolescentes no espaço escolar sob a orientação das/dos professoras/es do Ensino Fundamental I.

Neste sentido, este estudo justifica-se ainda pela inquietação no que diz respeito às contribuições da escola pública para o fortalecimento de uma cultura de paz e respeito ao ser humano, oferecendo, dessa maneira, condições às crianças e adolescentes para o exercício da cidadania, dando início à audição sensível das vozes de meninas e meninos, levando em consideração os Direitos Humanos e a diversidade cultural. Por isso, acredita-se que este estudo possa contribuir para a mudança de paradigmas relacionados à participação de crianças e adolescentes na escola, permitindo uma melhor definição dos objetivos, conteúdos e procedimentos de ensino, que poderão colaborar significativamente para que vozes importantes sejam ouvidas dentro da escola.

O local escolhido para a realização da ação interventiva deste trabalho é uma escola pública da rede regular de ensino, situada em Ceilândia, cidade do entorno de Brasília/DF. Fundada em 12 de dezembro de 1978, a escola oferece a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). O Ensino Fundamental I da instituição possui 230 alunos, distribuídos em 24 turmas. O corpo docente, responsável por ministrar as aulas nessas turmas, é composto por 24 professores.

Para identificar as contribuições da escola pública para dar condições às crianças e adolescentes para o exercício da cidadania, selecionamos 19 participantes de uma turma do 4º ano, com crianças entre 9 e 12 anos de idade. O objetivo geral que orientou esta pesquisa foi:

---

<sup>2</sup> A **faixa etária das/dos estudantes** que frequentam o Ensino Fundamental I é de **6 a 10 anos**, segundo Parecer CNE/CEB Nº 18/2005. Disponível em: <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/45>. Acesso em 16 de novembro/2015.



identificar as práticas pedagógicas, metodologias e valores numa Educação em e para os Direitos Humanos, as quais fortaleçam a participação da/o estudante na sociedade como agentes de transformação. Já os objetivos específicos foram os seguintes: (a) realizar levantamento de práticas educacionais voltadas para o exercício dos Direitos Humanos, da cidadania e do pensamento crítico; (b) identificar práticas em sala de aula voltadas para os temas transversais; (c) examinar como se dão as relações interpessoais entre estudantes, professores, escola e família, numa perspectiva de participação democrática e garantia dos Direitos Humanos.

No intuito de alcançar os objetivos mencionados, buscou-se uma organização teórico-metodológica para o desenvolvimento do trabalho. O instrumento escolhido para esta pesquisa foi a realização de uma oficina pedagógica de direitos humanos, cujo tema central foi: “*A escola nos ajuda a ser gente*”.

Esta monografia está dividida em quatro partes: introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise e discussão dos dados e considerações finais.

### **Definindo os métodos da pesquisa**

No princípio da história da ciência, segundo Maciel e Silva, 2015, considerava-se científico, somente aquilo que poderia ser analisado por instrumentos e categorias em laboratório. No entanto, para as autoras, o trabalho científico se dá a partir de um processo que não se limita a coletar informações, porém tem como objetivo a construção do conhecimento aliado à transformação social. “A metodologia, nesse caso, equivale a um processo de retroalimentação cíclica entre as partes constituintes do conhecimento: compreensão axiomática básica do mundo, fenômenos, teorias, métodos, dados e experiências intuitivas [...]” (Maciel, 2015, p. 14).

Portanto, na perspectiva da abordagem qualitativa de pesquisa, a construção da metodologia utilizada nesse trabalho considera “a existência de uma mediação semiótica entre os valores e crenças do contexto sociocultural de todos os envolvidos no processo, pesquisadores e pesquisados, e nos próprios processos de construção do conhecimento.” (Maciel, 2015, p.11).

Nesta seção, são apresentados os métodos e procedimentos utilizados no trabalho proposto, que tem seu foco na realização de levantamento de práticas educacionais voltadas para o exercício dos Direitos Humanos, da cidadania e do pensamento crítico, visando a promoção dos Direitos Humanos e a qualidade da educação.

[...] a dinâmica que envolve a esfera do “fazer científico” lida com o fenômeno da realidade, o estudo do seu contexto e sujeitos no *continuum* do desenvolvimento. Isso implica na inter-relação entre o que a teoria apresenta e o que prática apresenta (e vice-versa). É um processo dinâmico que pede uma prática dialógica constante entre o que se deseja investigar, o que a realidade dá condições para investigar e como transpor o que foi investigado para ações práticas que contribuam para o contexto estudado. Tal movimento recursivo representa a produção do conhecimento, por meio da práxis do “fazer científico”, que se assume comprometido com a transformação e/ou ressignificação da realidade/ambiente de convivência. (Maciel, 2015, p.9)

Segundo Abrahão e Barcelos (2006), os questionários abordam questões pré-estabelecidas e apresentadas na forma escrita. Mesmo sendo fáceis de serem aplicados, capazes de envolver um bom número de participantes, e consumir um tempo menor que as entrevistas no instante de sua aplicação, os questionários necessitam de muito tempo e cuidado para serem elaborados.

Abrahão e Barcelos (2006) alertam, ainda, sobre o cuidado que o elaborador deve ter quanto ao nível de linguagem e conhecimento do participante. Brevidade, clareza das perguntas e extensão do instrumento devem ser minuciosamente considerados.

Ainda segundo as mesmas autoras, os questionários elaborados com itens abertos visam explorar as percepções pessoais, crenças e opiniões dos participantes. Procuram por respostas mais ricas e com um maior número de detalhes, do que aquelas normalmente encontradas nos questionários fechados. Diante disso: “O questionário aberto também tem sido amplamente utilizado nos estudos contextuais, pois permitem o mapeamento de percepções e crenças daqueles envolvidos no processo.” (ABRAHÃO, BARCELOS, 2006, p. 222).

As entrevistas são de três modelos: estruturadas, semiestruturadas e livres. Neste trabalho, o foco será a entrevista semiestruturada, caracterizada por uma estrutura mais flexível. Nesse instrumento, o pesquisador elabora questões orientadoras ou procura ter em mente algumas orientações gerais, que darão direção ao seu trabalho. (ABRAHÃO, BARCELOS, 2006). Por isso,

É um instrumento que melhor se adequa ao paradigma qualitativo por permitir interações ricas e respostas pessoais. Este tipo de entrevista tem a vantagem de permitir que as perspectivas dos entrevistadores e entrevistados acompanhem a agenda da investigação. (BURNS, 1999 *apud* ABRAHÃO, BARCELOS, 2006, p. 223).

Estudos apontam que as entrevistas podem ser utilizadas como primeiro instrumento para a coleta de dados em uma pesquisa, ou como fonte de informações secundárias, muito úteis na triangulação com dados coletados por outros instrumentos. As autoras conceituam o auto-relato como declarações orais ou escritas de experiências pessoais. Os auto-relatos são técnicas que buscam aproveitar as histórias de crianças para explicar com maior aprofundamento sua participação na escola. É importante que o pesquisador, ao fazer uso desse instrumento, propicie um clima de afetividade, fazendo com que o participante se sinta à vontade para a produção do mesmo. É recomendado que o pesquisador inicie a atividade com seu próprio relato e, ao se expor para o participante, crie uma situação de empatia e respeito mútuo. O pesquisador não deve demonstrar surpresa, reprovação ou discriminação perante a experiência que está sendo relatada pelo outro.

Dito o local escolhido para a realização deste trabalho é uma escola pública da rede regular de ensino, situada em Ceilândia, cidade do entorno de Brasília/DF e acima citada. Nela, para identificar as práticas educacionais voltadas para o exercício dos Direitos Humanos no contexto da diversidade cultural, foram selecionados 19 estudantes do 4º ano.

Os dados que serão apresentados foram coletados após prévia autorização da diretora da escola e famílias. Após a coleta, eles foram separados de acordo com os instrumentos, transcritos e arquivados. Em seguida, foram analisados e inseridos na redação dessa

monografia, que foi sendo construída, semelhante à montagem de um quebra-cabeça, peça por peça, com paciência, olhar aguçado e muita sensibilidade.

Assim, o capítulo I apresenta a fundamentação teórica, onde buscou-se dialogar com as/os autores/as sobre a maneira como a escola deve ser pensada, sendo esta, um lugar próprio das diferenças, das subjetividades e da formação da identidade, que supere assim, o desafio de fazer da relação com o diferente uma possibilidade que resulte no enriquecimento do aprendizado, fundamentado no respeito ao outro e no compartilhamento dos saberes que cada um traz na sua subjetividade e história de vida.

O capítulo II relata os caminhos trilhados para a construção das ações interventivas com a realização de oficina pedagógica de Direitos Humanos.

Na sequência, o capítulo III traz a análise e discussão dos dados, nele são relatadas as experiências de transformação na vida das crianças e o empenho que tiveram na realização das oficinas.

## **CAPÍTULO I**

### **EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO TEÓRICA**

No decorrer da história foi estabelecido um modelo de educação diferenciado entre pobres e ricos, a chamada educação dualista. Infelizmente, esta continua sendo a realidade da educação brasileira.

Esta reprodução em nossa sociedade se dá, através do processo de ensino e aprendizagem pautado no autoritarismo, transmissão de conhecimento e homogeneização de pessoas. De uma década a outra, meninas e meninos são vestidos de uma ideologia a serviço de um sistema preocupado em formar indivíduos dóceis e domesticados para serem exímios trabalhadores. Portanto,

Nos dias atuais, consideramos importante se afirmar uma distinção entre aeducação escolar e o mundo do trabalho, tal como visto na perspectiva neoliberal, mercadológica. Na escola, não se espera que a educação se dê como um negócio, com resultados lucrativos, mas que cada pessoa tenha a oportunidade de se educar integralmente, construindo um conhecimento de mundo e de si mesma em termos afetivos, sociais, morais e cognitivos. (PULINO, 2015 p.6).

Ainda segundo Pulino (2015, os humanos, em seu processo de construção do “ser humano”, vêm produzindo histórias, retratadas em arte, conhecimento, valores, diversificando assim, sua forma de ver o mundo, de organização e transformação em busca de um aprendizado na escola, porém, praticado na sociedade.

No entanto, cabe refletir sobre a seguinte questão: qual escola dará sua contribuição para a formação de cidadãs e cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, defensores da paz e comprometidos com a sustentabilidade do planeta?

Pensar no importante papel das educadoras e dos educadores no processo de mediação na educação é primordial. Pois, estes terão a missão de serem multiplicadores de ideias voltadas para a construção de um mundo mais justo, humano e solidário.

Por isso, a necessidade da elaboração de políticas públicas voltadas para a formação das educadoras e educadores representantes do anseio da sociedade pelo surgimento de uma escola dialógica, livre de preconceitos, inclusiva, reconhecadora da importante contribuição dos povos indígenas e negros na cultura brasileira.

A escola é considerada oficialmente como o espaço/tempo reservado para tornar meninas e meninos humanos, a partir de suas histórias e culturas, tornando-os cidadãos em

uma sociedade, respeitando sua subjetividade. No entanto, no cotidiano da escola contemporânea o que se vê é uma escola engessada em suas práticas. Quase que parada no tempo, com poucos sinais de mudança, frente às transformações mundiais. Sendo assim,

É a partir dessa abertura do humano para o outro que se instauram suas possibilidades de ações no mundo, de produção da linguagem, de comunicação, de sentimentos, pensamentos, desenvolvimento mútuo, enfim, de educação. A educação consiste nesse processo que propicia o encontro com o outro, com o mundo e consigo mesm. (PULINO, 2015, p. 4).

A escola pública retrata o ritmo frenético de uma fábrica, que tem como preocupação constante a formação para o trabalho. Todos os dias são incutidos na cabeça de crianças e adolescentes, ideias para que estudem a fim de garantir um futuro de sucesso. A competitividade e a produtividade estão o tempo inteiro presentes nas atividades, avaliações, jogos escolares, entre outros.

Se o processo de aprendizagem é coletivo, tendo espaço para negociação, cooperação e colaboração, por que isto não é uma prática em algumas escolas públicas?

A escola deve ser pensada como o lugar próprio das diferenças, das subjetividades e da formação da identidade. No entanto, tem sido um desafio fazer da relação com o diferente uma possibilidade que resulte no enriquecimento do aprendizado, pautado no respeito ao outro e no compartilhar dos saberes que cada um traz na sua subjetividade e história de vida.

Questões relacionadas aos Direitos Humanos, à valorização e respeito ao outro, não estão na pauta dos planejamentos de aula, na verdade, têm sido priorizados outros conhecimentos, tanto que meninas e meninos chegam à escola sem ter preocupação com o outro e não dão atenção para assuntos voltados para o respeito ao diferente. Em contrapartida,

Educar, assim, é um ato de acolhimento, de cuidado. A educação faz parte do desenvolvimento do ser humano, que, por sua incompletude, não nasce preparado para viver de forma autônoma, necessitando do outro, de um humano mais experiente e desenvolvido que possa provê-lo de alimentação, conforto, segurança, proteção.” (PULINO, 2015 p. 3).

Por isso, acredita-se que a educação deva ser pensada a partir de um novo olhar, sensível à dignidade humana.

Parece que a “meninada” não anda muito feliz e reproduz em sala uma violência, um ódio, um desrespeito fora do comum. Tanto, que o bullying continua rondando a sala de aula, o pátio da recreação, infelizmente mais cruel e desumano. Existe no espaço escolar um discurso que ainda não está alinhado com a prática e o preconceito toma lugar, fortalecendo a discriminação e desvalorização do outro.

Segundo Pulino (2014), a escola tem a responsabilidade pela socialização formal da criança. Diante disso, no processo de construção humana dessa criança haverá a participação

do/a professor/a, o qual deverá levar em consideração os conhecimentos prévios trazidos pelos estudantes. Quando a aluna e o aluno chegam à sala de aula, devem ser vistos como sujeitos históricos buscando sua inserção na sociedade, em especial, nesse microespaço da sociedade que é a sala de aula.

Neste sentido, meninas e meninos trazem consigo aspectos culturais construídos a partir das primeiras relações entre seus pares. Na sua jornada para tornar-se humano, mulheres e homens encontram na educação, mediados por seus/suas professores/as e também por seus colegas, aprendizados de saberes construídos no transcorrer da história da humanidade na área do conhecimento científico, da produção artística, da educação moral, dos valores e de crenças próprias de sua cultura.

Portanto, é nesse processo social de constituição do sujeito e de sua identidade que *tornar-se* humano vai sendo construído cultural e historicamente. Compreender tal processopode ajudar a professora e o professor a levar para sua sala de aula temas que possibilitem aos alunos e alunas refletirem sobre a formação da sua identidade e de sua inserção nos espaços sociais a partir das relações formais e informais: nelas aprendemos uns com os outros, na troca de experiências. Ensinar não deve ser algo imposto, entregue pronto ao aluno, ensinar deve partir de um ato de humildade, no qual exista a troca do ensinar e aprender.

Para Pulino (2015), existem diversas formas de o ser humano significar o mundo através de ações concretas, linguagens e formas de organização, as quais constituem seus saberes, prático-teóricos e que envolvem também a forma de ver e viver a vida.

Assim, o ser humano *se torna humano* a partir da constituição da sua história, sempre por meio das relações de pessoas que compartilham o mesmo espaço e tempo, numa dimensão histórico-cultural. Neste sentido, a escola tem importante participação no processo de construção do *tornar-se* humano, desde que os atores e atrizes que dela participam consigam percebê-la como um espaço de construção da cidadania, mediante ao direito à voz que lhes for dado. Diante do exposto,

Confirma-se, assim, que, nas relações sociais pela mediação realizada por pessoas, processos e materiais cada um de nós e todos, aprendemos, que construímos e reconstruímos conhecimentos, práticas, valores, ideias, que somos educados uns pelos outros, tornando-nos, assim, humanos, participantes de uma cultura e de uma sociedade, como seres singulares. A educação, por meio de processos de aprendizagem não só no campo cognitivo, mas afetivo, social, cultural, constitui, assim, o espaço/tempo por excelência para se refletir e atuar na formação de cidadãos, de pessoas que se humanizem e se socializem, através de processos de subjetivação, de singularização, em meio à diversidade. (PULINO, 2015 p. 12).

Sendo assim, fica evidente a importância de se conceder o direito à fala a meninas e meninos. Deixando de lado o receio de tratar de temas que abordem os Direitos Humanos e a construção de uma cultura de paz na escola, que seja refletida na sociedade.

Segundo Souza Junior 2015, o processo de construção dos Direitos Humanos se dá a partir de uma análise da conjuntura social, histórica e política, sendo importante considerar a evolução das lutas para a constatação da identidade, diversidades e diferenças, as quais podem influenciar na compreensão dos conceitos, alterando o desenvolvimento e interferindo na efetivação dos Direitos Humanos.

O autor afirma que os Direitos Humanos estão condicionados ao ambiente político e cultural, no qual homens e mulheres estão inseridos através de seus processos históricos de lutas por direitos e suas experiências de humanização, ou seja, em seus processos de “tornar-se” humana/humano. A partir desse desenvolvimento, dá-se o empoderamento dos seres humanos.

Diante disso, os Direitos Humanos não estão limitados àqueles da Declaração Universal, eles vão nascendo da tomada de consciência dos povos, quando são reivindicados por elas/eles e construídos nas lutas sociais rumo à libertação (SOUZA JÚNIOR, 2015).

Portanto, os Direitos Humanos são ações desenvolvidas no dia-a-dia, de forma dinâmica, envolvendo conflitos que, podem ser revertidos, sua prática envolve complexidade. Não estão condicionados às normas, filosofias ou instituições, nem tão pouco se limitam a um só período da história. São frutos de processos de lutas, os quais reivindicam o acolhimento e a mediação do Estado (SOUZA JÚNIOR, 2015)

Ainda segundo o autor, os Direitos Humanos devem ser pensados como um projeto de sociedade, tendo como aliada a Educação em e para os Direitos Humanos, fazendo uso de uma pedagogia para a cidadania.

Por isso, esse projeto de sociedade pautado nos Direitos Humanos deve perpassar por uma ‘reinvenção dos direitos humanos’ que se dê pelos processos de lutas pela dignidade humana.

Entende-se que a escola e sociedade devam estar acessíveis aos processos de lutas sociais e à experiência de gestão democrática e participativa com a comunidade escolar com a compreensão dos Direitos Humanos como uma ação social e libertadora.

Paulo Carbonari 2015, tem suas ideias centradas nas questões relativas ao sujeito de direitos. O autor apresenta uma concepção ética e filosófica sobre um sujeito em crise, o qual tem noções sobre seus direitos e suas consequências para a Educação em e para os Direitos Humanos. Para o autor, a construção de um sujeito de direitos se dá a partir da presença do



outro, ou seja, baseada numa relação de intersubjetividade pautada no respeito da pluralidade, das diferenças, na participação e reconhecimento do outro. Para Carbonari 2015 são das relações conflituosas que nascem os direitos e os sujeitos de direitos e delas, podem surgir possíveis processos de emancipação.

A proposta do autor é de um novo sujeito de Direitos Humanos com três características fundamentais: (i) um sujeito único e singular; (ii) a construção de um sujeito a partir de uma identidade cultural, social, política e econômica; e (iii) um sujeito universal, reconhecedor de si próprio e da humanidade, ambos construídos historicamente e alimentados por uma utopia.

Ainda segundo o autor, a Educação em Direitos Humanos tem sua base no entendimento de um sujeito de Direitos Humanos pluridimensional, promotor de aprendizados no exercício do pensamento e de ações críticas, tornando-os capazes de resistir a toda forma de opressão e negação de direitos. Sujeitos capazes de promover o bem comum, ou seja, que os direitos sejam vividos na coletividade. Isso deve ser estimulado, ensinado, aprendido e fortalecido num modelo de escola que dê voz aos seus estudantes a ponto de envolvê-los num processo de construção do conhecimento a partir da sua autonomia.

As reflexões de Carbonari (2015) provocam questionamentos sobre a necessidade da existência de um novo humano, conseqüentemente de novos direitos e essencialmente de uma nova escola, a qual proponha um modelo de educação emancipatória e autônoma.

Assim, é necessária uma Educação em Direitos Humanos para o respeito à singularidade, à identidade, à pluralidade e à história, num processo de construção do ser humano, o qual acontece no cotidiano, no reconhecimento da presença do outro.

Desse modo, se pretendemos introduzir os Direitos Humanos e a cultura da paz no currículo escolar, devemos ter em mente que as professoras e os professores são sujeitos responsáveis para que isso ocorra.

Ainda como afirmou Carbonari (2015), o currículo não é uma fórmula pronta, ele se constrói a partir de relações complexas, as quais são estabelecidas dentro e fora do espaço escolar.

Vale ressaltar que nesse processo de construção o/a professor/a define os conteúdos a serem dados, a partir de suas crenças e experiências, e isto pode acontecer sem que eles percebam.

Diante disso, percebe-se que as/os docentes sofrem influências do contexto educacional e das práticas vivenciadas enquanto alunas/os dos reflexos do contexto familiar, do social e de acordo com a organização da escola. Devendo o currículo ser entendido como

um processo dinâmico e contextualizado, presente no cotidiano escolar, visível nas práticas pedagógicas.

O currículo não pode ser entendido como um conjunto de conteúdos a serem ministrados, e, sim, como uma prática pedagógica que acontece nas ações e posturas das/dos educadoras/es frente aos assuntos que serão tratados nos espaços de educação.

Por isso, professoras/es devem buscar serem livres de preconceitos, respeitando e valorizando a maneira de ser de cada um. Com certeza, uma tarefa desafiadora para os que desejam uma cultura de paz.

A interação professor/aluno pode exercer forte influência na construção de uma cultura de paz na escola. O/a professor/a, a partir de um olhar sensível, poderá promover mudanças e fortalecer valores, comportamentos e modos de vida. Uma boa relação entre professor/aluno pode fazer a diferença na vida das pessoas, a partir do comprometimento, da prática das/dos docentes, pautadas nos Direitos Humanos como projeto de vida. Reacendendo o desejo de aprender e ensinar, dando um novo significado à vida de muitos, numa perspectiva de construção de um mundo novo.

Sendo assim, por meio do bom exemplo, a competência do professor e da professora, extrapola o que está determinado nos planos e projetos de ensino da instituição para a qual trabalham, as docentes e os docentes passam a ter a oportunidade de aprender/ensinar muito além daquilo que lhes é determinado no cotidiano escolar. Atitudes como respeito, carisma, solidariedade, justiça e, humildade, são capazes de afetar a relação professor-aluno e interferir de maneira positiva em seu desenvolvimento no torna-se humano. A ação pedagógica das professoras e dos professores devem ser contextualizadas, promovendo mudanças e transformação de realidades injustas. Nesse processo, suas ações devem reconhecer a diversidade humana e sua dignidade. Em suas ações, devem predominar o repúdio a toda forma de violência, inclusive a silenciosa, que deixa marcas tão profundas quanto a física. Por isso,

Nesse processo, o ensinar e o aprender, o professor e o aluno, não são elementos separados, mas se articulam no que Vygotsky (1991) chama de aprendizado, que envolve as relações professor-aluno e que se relaciona com o desenvolvimento da pessoa. O professor não é o detentor do conhecimento, mas um mediador, que introduz, formalmente, os alunos às produções culturais, a uma nova linguagem – a científica, a filosófica, a artística a um novo campo de práticas, valores, teorias, para além do cotidiano e do senso comum, refazendo com eles o caminho da produção histórica da arte e do saber teórico-prático, das ciências e da tecnologia. Os alunos internalizam esse conjunto de símbolos da cultura, construindo conhecimento e se constituindo como sujeitos. Juntos, cada um no seu papel, apropriam-se, ativamente, desse legado das gerações passadas e o (re)constróem, contextualizando-o à sua realidade e atribuindo-lhe um sentido pessoal. (PULINO, 2015 p.9).

Dessa maneira, professoras/professores devem adotar os Direitos Humanos como projeto de vida em sua prática diária. Desejando que a paz e os Direitos Humanos sejam reconhecidos na sociedade como cultura. Para isso, as/os docentes devem pensar em uma mudança de consciência e desenvolver práticas pedagógicas pautadas em conteúdos e no contexto social da comunidade, no respeito e na valorização das diversidades, deixando claro que não existe uma cultura maior ou melhor que outra. Tendo em mente a inviabilidade para o ensino da cultura da paz para comunidades ou grupos que sofram a violência do abandono, da exclusão, do preconceito e da negação dos Direitos Humanos, sem que antes lhes seja promovida a justiça social. Por fim, trabalhar pela valorização da ética e das consequências de nossas ações na escola e também na comunidade que a cerca.

## CAPÍTULO II

### AÇÕES INTERVENTIVAS

#### 2.1 Oficina de direitos humanos: “A escola nos ajuda a ser gente”

##### **Na minha casa aprendo muitas coisas e também ensino**

Objetivo específico: reconhecer que na família aprendemos muitas coisas e que também os nossos parentes aprendem conosco. Neste encontro, o fundamental é evidenciar que na escola e em casa aprendemos e ensinamos coisas diferentes.

Momento I: apresentar um cartaz com a frase: **“Pedrinho conta à sua família o que aprendeu na escola”**. Conversar com a turma, dentre outras coisas, sobre o que está dizendo Pedrinho para as pessoas de sua família. Ir registrando as frases no quadro. Cartaz com desenho da família e a frase escrita.

Momento II: formar grupos de crianças, tantos quantos, as frases registradas. Cada grupo copia uma frase numa folha de papel, conversa sobre ela e faz um desenho para ilustrá-la. Material: folhas de papel pardo, canetas hidrocor ou lápis de cor.

Momento III: incentivar cada grupo a apresentar a sua frase e a sua opinião sobre ela. A cada apresentação será dado um tempo para que o restante da turma dê sua opinião sobre o tema. Pedir aos/às alunos/as para responderem às perguntas: o que nós aprendemos com as pessoas da nossa casa? O que nós ensinamos a elas? Ir registrando as respostas no quadro e fazer um comentário que sintetize as principais contribuições.

## CAPÍTULO III

### ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO

Ao dar início às ações interventivas, as crianças estavam muito quietas e tímidas, demonstrando um certo desinteresse. A professora deu início a uma conversa e falou que o que mais gostava de fazer era contar histórias para crianças, disse que amava poesia e que através dela imaginava um mundo melhor. Então, leu para as crianças um livro chamando: “Poesia na varanda”, da autora Sonia Junqueira. Aos poucos, elas deixaram de lado a timidez e participavam quando a professora fazia perguntas relacionadas à poesia. Este momento de leitura para deleite proporcionou um ambiente mais favorável e tranquilo para o início da oficina.

#### **Oficina “Na minha casa aprendo muitas coisas e também ensino”**

Nesta oficina, buscou-se fazer com que as crianças reconhecessem que na família elas aprendem muitas coisas e que os seus parentes também aprendem com elas. Além disso, que o aprendizado acontece a partir da troca de experiências. Assim, foi apresentado a elas um cartaz feito por uma criança com a seguinte frase: **“Pedrinho conta a sua família o que aprendeu na escola”**. As crianças foram muito participativas e queriam contar o que aprendem com suas famílias, estavam ansiosas para compartilhar suas experiências. Porém, agiram com estranheza quando foi perguntado a elas o que ensinam às suas famílias, quando perguntado se elas compreendiam que o aprendizado não acontece apenas nas escolas. “E na rua, vocês aprendem alguma coisa?” foi a pergunta seguinte. Disseram que não, pois para elas na rua só se aprende coisas ruins. A professora foi conversando com as crianças até que as mesmas compreendessem que na rua podemos, sim, aprender coisas novas e boas. As crianças foram levadas a refletir sobre o que ensinam e o que aprendem com suas famílias. Após as reflexões sobre o tema, a turma foi organizada em quatro grupos para registrar suas respostas e ilustrá-las. Este foi um momento intenso, pois as crianças estavam ansiosas, conversaram muito sobre o que iam fazer. Orientadas pela professora, decidiram no grupo quem seria responsável pelo desenho e que iriam escrever a frase no cartaz. Percebeu-se que foi um momento incrível de troca de experiências, momento de compartilhar ideias, para ouvir a sugestão do outro. Houve nos grupos conflitos que as crianças foram a resolver entre si. Foi um momento rico, alegre, em que elas demonstraram muita criatividade. As crianças foram interrogadas pela professora sobre a participação nas decisões da escola, por exemplo: vocês são ouvidos quando a escola vai ser pintada sobre qual cor preferem? Alguém já

perguntou sobre o tempo de recreio? Já perguntaram sobre sugestões de lanche? A professora já deu uma aula em que o assunto foi sugerido por vocês? Todos foram uníssomos ao responderem: **Não!** Demonstraram assim, que as crianças não têm voz na escola.

Uma aluna fez um desenho de sua família reunida para ouvir o que ela aprendeu na escola. Isso nos leva a pensar sobre o impacto de uma atitude como esta na família, pois, ela pode levar os familiares a pensar no que têm ensinado as suas crianças para viverem melhor em sociedade. Para elas é muito importante compartilhar o que se aprende na escola e que são gratas as suas famílias pelo que têm aprendido com elas. Por isso, ao final, a professora solicitou que as crianças fizessem bilhetes às suas famílias agradecendo o que têm aprendido com elas. Essa atividade pode também aproximar a família da escola e representar uma oportunidade de acesso aos conhecimentos a que as crianças vêm tendo acesso, além de possibilitar um modo de aprender com elas.

**Primeiro grupo:** este foi o que mais teve conflitos, pois seus integrantes tinham dificuldade em definir quem faria o desenho e qual a frase a ser escrita. O grupo preocupou-se muito com o desenho, tanto que até poucos minutos antes de fazerem a apresentação não tinham uma frase definida. Então, a professora orientou para que procurassem resolver os problemas encontrados. Após choros, conversas e “birras” conseguiram concluir o trabalho e fizeram a seguinte frase: **Pedrinho conta à sua família que aprende respeito.** Ficou nítido que tiveram que negociar muito, ceder, aceitar e valorizar a opinião do outro.

**Segundo grupo:** este grupo não teve muito envolvimento, embora tenham conversado e tomado decisões rápidas sobre o trabalho, não entenderam o objetivo. A frase que escreveram não ficou clara. Durante a apresentação foram dizendo o que aprendiam na escola com o auxílio da professora e respondiam apenas que aprendiam os conteúdos sobre relevo, fazer contas, etc. **Um aluno desse grupo, quando questionado pela professora sobre o que gostaria de aprender, respondeu que queria ter uma aula do lado de fora da sala.**

**Terceiro grupo:** seus integrantes foram muito participativos e criativos na elaboração do cartaz: estavam eufóricos, alegres e procuravam fazer o melhor. Havia ótima interação entre o grupo. Capricharam no desenho, na elaboração da frase e fizeram uma excelente apresentação, sem contar, que demonstraram total autonomia para a realização da atividade. Construíram a seguinte frase: **Pedrinho conta à sua família que está aprendendo com o mundo.** Então, cada um foi dizendo que aprendemos a ter paz, a ser solidários e amigos. A interação do grupo foi muito harmônica.

**Quarto grupo:** brilhantes e muito participativos, tiveram excelente interação e foram muito caprichosos. O grupo priorizou o desenho de suas respectivas famílias e fez questão de contar oralmente o que dizem às suas famílias sobre o que aprendem na escola. Disseram que aprendem sobre o respeito, **sobre a confiança e que sentiam necessidade de que a escola e em especial os professores confiassem mais neles.** Disseram que gostariam que houvesse mais atividades como a da oficina porque às vezes ficam cansados das outras coisas que fazem. **A professora perguntou: quais atividades deixam vocês cansados? Responderam: “Fazer contas e, escrever”.** Uma aluna disse que conta para sua família sobre o bullying, pois, quando começou a usar óculos os colegas ficaram rindo dela. Um aluno disse que aprende que não é bom ter preconceito. Este grupo não definiu uma frase, no entanto, participaram com muita alegria e disposição.

Numa análise sobre o local onde a pesquisa foi realizada, percebeu-se que tanto na área externa e interna é tudo muito limpo, organizado, murais bonitos, jardins lindos, no entanto, com uma marca forte da mão dos adultos no fazer. Havia alguns poucos trabalhos colados nas paredes da sala de aula, no entanto, “muito perfeitos”, sem o tradicional jeito de desenhar, cortar e pintar próprio das crianças, sem a sua marca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados nesta pesquisa nos fazem acreditar que a investigação que propomos, sobre as contribuições da gestão democrática para dar condições às crianças e adolescentes para o exercício da cidadania, permitem aos professores e professoras uma melhor definição sobre como poderão colaborar para melhores resultados quanto às práticas educacionais voltadas para o exercício dos Direitos Humanos, da cidadania e do pensamento crítico na formação de estudantes.

Pôde-se identificar que é possível promover, em sala de aula, atividades voltadas para os temas transversais sem prejuízo do andamento dos conteúdos, através de trabalhos multidisciplinares. O uso da produção textual, o desenho, e a declamação de poesia são ferramentas muito enriquecedoras, que deram vida às ações interventivas.

Quanto à observação feita para examinar como se dão as relações interpessoais entre estudantes, professores, escola e família, numa perspectiva de participação democrática e garantia dos Direitos Humanos, percebe-se que ainda há um longo caminho a se percorrer e que existem resistências quanto a dar voz às crianças, por meio do seguinte pensamento: *eu mando, você obedece*, ainda muito presente na escola. Existe uma confusão em pensar que dar voz às crianças é tirar a autoridade dos profissionais da escola, que isso pode virar uma bagunça e que não haverá disciplina. São muito comuns falas do tipo: *não deixe estes meninos mandarem na sua sala, professora!* São falas bem autoritárias e muitas vezes opressoras: os próprios responsáveis não querem as crianças questionando muito. Dessa maneira, percebe-se que a Lei de Gestão Democrática nas escolas existe e é conhecida apenas no momento de eleição de diretoria: a participação da comunidade escolar nas decisões da escola não acontece, as famílias desconhecem seus direitos e pouco se interessam em cobrá-los. A comunidade fica à margem da construção da escola, literalmente do lado de fora.

Quanto à garantia dos Direitos Humanos no espaço escolar, quando a gestão adota uma linha dura, por entender que assim ela mantém a disciplina e o controle percebe-se que muitos desses direitos são esquecidos. Por exemplo, o direito de ir e vir, o direito de brincar, o direito à saúde, o direito a uma boa alimentação, o direito à aprendizagem, o direito a ser respeitado e outros tantos direitos que meninas e meninos da periferia ainda não conhecem e, se conhecem, não são conhecimento suficiente para lhes promover uma transformação de vida.

Conclui-se que nesta caminhada para construção de uma Educação em e para os Direitos Humanos é necessário um olhar mais sensível e humano para que a partir do chão da



escola, possam surgir mulheres e homens comprometidas/os com a construção de uma sociedade mais humana, justa e igual, que respeite a diversidade cultural e os Direitos Humanos. Por isso, defendemos a ideia de que é necessário efetivar a diversidade dos discursos de uma escola que prepare suas/seus estudantes para a vida e busque a integração da escola à comunidade. É fundamental que a professora e o professor tenham em mente o que seja esta abertura, como ela deve ocorrer, fazendo com que o discurso do respeito ao outro e as suas diversidades faça, cada vez mais, parte do cotidiano das/dos alunas/os.

Pode-se afirmar que o tema sobre as contribuições da gestão democrática para dar condições às crianças e adolescentes para o exercício da cidadania abre um leque para várias discussões. Uma delas consiste no papel da escola e sua função social na promoção de uma Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da diversidade cultural.

Quanto às experiências relatadas neste trabalho a partir da oficina realizada, é importante reconhecê-las como um processo, para o conhecimento da sala de aula, de modo que se dê margem para a modificação e transformação, não apenas dos relatos, mas daquilo que é relatado.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, M. H. V.; BARCELOS, A. M. F. (Orgs.). *Crenças e Ensino de Línguas – Foco no Professor, no Aluno e na Formação de Professores*. Campinas: Ed. Pontes, 2006.
- CANDAU, V. M. *et al.* *Sou Criança: Tenho Direitos. Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2010.
- CHAGAS, J. C.; PEDROZA, R. L. S. Construção Cotidiana do PPP como Efetivação da Democracia na Escola e da Qualidade da Educação. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 10). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1155>. Acesso em: 16 de novembro/2015.
- FLOR DO NASCIMENTO, W.; DELMONDEZ, POLLIANE. Sujeitos da Diversidade. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 2). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1147>. Acesso em: 16 de novembro/2015.
- FLOR DO NASCIMENTO, W.; DELMONDEZ, POLLIANE. Sujeitos da Diversidade Cultural e da Desigualdade: Sujeitos da Diversidade e suas Vulnerabilidades. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 2). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2014b. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1147>. Acesso em: 16 de novembro/2015.
- FLOR DO NASCIMENTO, W.; DELMONDEZ, POLLIANE. Sujeitos da Diversidade Cultural e da Desigualdade: Ética e Estética na Produção dos Sujeitos dos Direitos Humanos. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 2). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2014c. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1147>. Acesso em: 16 de novembro/2015.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Manual para o Uso não Sexista da Linguagem: o que bem se diz bem se entende*. Disponível em: [http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791\\_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf](http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf). Acesso em: 16 de novembro/2015.
- GONZÁLEZ, Ália M. B; CASTRO, E. A. Cultura de Paz. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 9). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1154>. Acesso em: 16 de novembro/2015.
- PULINO, L. H. C. Z. Diversidade Cultural e Ambiente Escolar. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 1). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2014a. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=632>. Acesso em: 16 de novembro/2015.
- \_\_\_\_\_. Diversidade Cultural, Singularidade e Processos de Desenvolvimento e Aprendizagem. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação*

*em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 1). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2014b. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=632>. Acesso em: 16 de novembro/2015.

\_\_\_\_\_. Ambiente Escolar – Construção Democrática, Direito à Aprendizagem e à Cultura. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 1). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2014c. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=632>. Acesso em: 16 de novembro/2015.

\_\_\_\_\_. Tornar-se Humano e os Direitos Humanos. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 4). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1149>. Acesso em: 16 de novembro/2015.

\_\_\_\_\_. Tornar-se Cidadã/Cidadão: a Ética na Educação. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 4). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015b. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1149>. Acesso em: 16 de novembro/2015.

\_\_\_\_\_. Educar pela e para a Cidadania, na Perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 4). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015c. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1149>. Acesso em: 16 de novembro/2015.

SOUSA, N. H. B. Retrospectiva Histórica e Concepção da Educação em e para os Direitos Humanos. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 8). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1153>. Acesso em: 16 de novembro/2015.

STAKE, R. E. *Pesquisa Qualitativa: Estudando como as Coisas Funcionam*. Porto Alegre: Ed. Penso, 2011.

## APÊNDICE REGISTROS FOTOGRÁFICOS



## ANEXO I

### Aceite institucional

A Sra. ...., diretora da ....., está de acordo com a realização da pesquisa....., de responsabilidade da pesquisadora ..... aluna do curso de especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural - EEDH – IP, no Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Professora Doutora Maria Veralice Barroso, após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH.

O estudo envolve a realização de oficina pedagógica de direitos humanos cujo tema é .....Realizadas com alunas e alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I.

Eu, ....., diretora da ....., declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília,     de                                     de 20     .

---

Nome do(a) responsável pela instituição

---

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

**ANEXO II**  
**Termo de autorização de uso de texto/imagem**

Eu, .....o, brasileira, residente no endereço....., portador do CPF ..... e do RG....., expedido pela SSP ....., faço, por meio deste instrumento e na condição de detentor do direito autoral, autorizo a .....brasileira, residente no endereço....., portador do CPF ..... e do RG....., expedido pela SSP ..... a utilizar os textos e as imagens adquiridas no processo de coleta de dados da monografia ....., no processo de defesa do Trabalho Final de Curso – (TCC), junto à Universidade de Brasília.

---

Nome

---

Local/data